



PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA: TRANSFORMAÇÕES SIGNIFICATIVAS E EXITOSAS

Prof^a Ms. Catia Ferdinando Costa¹
cfcost@uol.com.br

Prof^a Dra. Edileine Vieira Machado²
edsilva@edu.unicid.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar a importante relação entre a comunidade escolar e local e a autonomia necessária à escola pública, e como essa relação pode propiciar melhores oportunidades para o fortalecimento e equilíbrio da sociedade civil. A comunidade escolar e local aqui compreendida é descrita como sendo os pais de educandos ou responsáveis legais, moradores do entorno da unidade escolar, educandos e profissionais de educação da própria unidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas de educação • Autonomia • Participação • Comunidade • Inclusão escolar

Summary

This article aims to present the important relationship between the school and local community and the necessary autonomy to public school, and how this relationship can provide better opportunities for strengthening and balance of civil society. The school community and site here comprised is described as being learner's parents or legal guardians, residents surrounding the school unit, students and education professionals school unit itself.

KEY WORDS: Public policy education • Autonomy • Participation • Community • School inclusion.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo – Uniced. Professora da rede estadual de ensino de São Paulo. Professora da Unianhanguera - São Paulo-SP. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Inclusão Social. Membro do Instituto Sagres – conhecimento e desenvolvimento.

² Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. Professora da Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo – Uniced. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Inclusão Social - NEPIS. Membro do Instituto Sagres – conhecimento e desenvolvimento.



O cenário atual da sociedade brasileira, e neste caso no Estado de São Paulo, apresenta transformações na estrutura familiar resultantes das necessidades e transformações econômicas, políticas e culturais que se apresentam.

Muitos pais (ou responsáveis legais) necessitam trabalhar em período integral para sustentar seus filhos, o que os obrigam a estarem ausentes por muito tempo e mais distantes da educação familiar. Políticas públicas procuram atender as necessidades educacionais das crianças e adolescentes e dentro deste propósito cerceiam o trabalho antes dos 16 anos e oferecem cursos técnicos, estágios e outras oportunidades, extra-escola, para os educandos. Mudanças e novas propostas socioculturais e religiosas influenciam no convívio familiar e requerem novas orientações por parte da família e da escola, dentre elas o respeito às diferenças e a necessária participação e proximidade da família do educando no contexto escolar.

A família contemporânea, embora tenha de superar muitos obstáculos, prioriza o cuidado com as crianças, que são alvo constante da preocupação dos pais, resultado mesmo das transformações sociais atuais. Há uma maior atenção para o aspecto afetivo e educacional. Este trabalho não pretende discutir as situações críticas vividas por muitas famílias, por conta de desestruturação familiar, econômica ou mesmo moral. Não que o tema não seja relevante, no entanto, a proposta deste trabalho é apresentar a importante relação entre a comunidade escolar e local e a autonomia necessária à escola pública, e como esta relação pode propiciar melhores oportunidades para o fortalecimento e equilíbrio da sociedade civil.

Nos dias atuais, essa transformação das prioridades familiares pode ser percebida por meio do lugar que o

filho ocupa nesse núcleo: é alvo de carinho, cuidados, preocupações e projetos de vida e faz com que a família tenha uma nova relação com a escola, que passa a ter a responsabilidade de estender esses cuidados e projetos para seu espaço, um complemento à família. Uma das razões para tal mudança é o fato de que o filho, hoje, é um ato de escolha por parte dos pais e não mais uma obrigação social, uma finalidade única do casamento; o amor aos filhos surge mais forte e natural porque é uma opção (NOGUEIRA, 1998).

Atualmente, também, os filhos não são mais 'garantias' para os tempos de velhice ou meio de sustento e ganho, por meio do trabalho precoce. Isso teve fim por meio de políticas públicas que proíbem o trabalho infantil e/ou precoce do adolescente. Os pais, agora, podem ver em seus filhos o objeto de afeto, preocupação e razão de viver, uma fonte de orgulho e prazer.

Diante desse quadro, surgem a preocupação e a mobilização da família para inserir os filhos na sociedade. Essa inserção se dá por meio da escola, porque as colocações profissionais e sociais estão estreitamente relacionadas à formação escolar, ao conhecimento adquirido formalmente e à certificação legal desse processo, o diploma.

A escola, hoje, tornou-se um meio de legitimação social e individual; o filho é medido em relação ao seu esforço e resultados escolares, mesmo que a escola não se foque apenas nesses quesitos. Tudo que diz respeito à escola e à vida escolar do filho passa a ter maior atenção dentro das famílias, evidentemente que com algumas variações de acordo com o meio social e situação particular de cada uma (NOGUEIRA, 1998).

Não só as famílias mudaram. A escolarização também mudou. O sistema de ensino passou por transformações que visam atender as demandas so-



ciais e isso se deu por meio de políticas educacionais como a democratização do acesso, a extensão da escolaridade obrigatória, mudanças curriculares. Com isto o modo de funcionar das unidades escolares teve forte influência no cotidiano das famílias dos educandos, como já discutido anteriormente.

A escola contemporânea abarca necessidades psicológicas, emocionais e sociais de seus educandos, além do processo cognitivo, e assim ela se torna uma extensão da família e atua em conjunto com esta. Portanto, o ensino passa a centrar-se no educando, há uma pedagogia que estimula a autonomia do educando no processo de aquisição do conhecimento e de aprendizagem, e que busca a vivência e a experiência pessoal dos educandos, suas realidades para, a partir delas, construir e apresentar o currículo formal. Nesse processo é possível perceber o envolvimento entre escola e comunidade, onde ambos os envolvidos contribuem para o processo ensino-aprendizagem de maneira participativa e democrática.

Há de se levar em conta que essa ação participativa e democrática não é total e nem fácil de ser conseguida. Muitas questões burocráticas, por parte do sistema escolar e políticas públicas, e questões sociais e culturais por parte das famílias dificultam o processo de participação e autonomia. No entanto, muitas escolas têm aprendido a superar esses obstáculos de modo criativo, alcançando bons resultados.

Embora a burocracia ainda seja o modelo administrativo da Rede Educacional, o Governo busca atender às demandas sociais pela educação de qualidade e democrática por meio de políticas públicas educacionais que passaram a recomendar e incentivar o envolvimento, o diálogo, entendimento e parceria entre pais, escola e comunidade em geral. Os pais hoje têm maiores possibilidades de conhecer, inter-

vir (em certa medida) e participar nas decisões e funcionamento da escola.

As políticas educacionais passaram por grandes transformações ao longo da história da educação brasileira. Atualmente, essas políticas (LDB/1996, Lei de Renda Mínima para a Educação/2001, PNE/2001, entre outros) primam por oferecer uma educação de qualidade e democrática, que possibilitem ao educando uma educação global. Tal proposta passa pelo princípio da inclusão uma vez que esta pressupõe aceitação, respeito às diferenças, sentimento de pertencer ao grupo, compreensão e equidade. Inclusão é um conceito abrangente. Sem um adjetivo que o qualifique (social, educacional...) torna-se impessoal e neutro. Há diferentes formas de entendê-lo. Incluir pode estar relacionado à ideia de envolver o que está fora; podemos pensar, também, em espaços inclusivos onde há uma transformação e adequação de espaços físicos e até virtuais tanto para pessoas com alguma necessidade especial quanto para aquelas que queiram se envolver com determinado grupo, assunto, prática, entre outros (COSTA, 2008).

A escola inclusiva possibilita que o sujeito se construa mais facilmente e que as práticas de cidadania sejam aplicadas naturalmente. Carvalho (2004), além de acreditar na educação como um ato pedagógico e político, nos alerta de que um dos traços mais marcantes nas teorias atuais acerca da educação é a “valorização da pessoa do educando como aprendiz e como ser histórico, político e social, isto é, como cidadão” (CARVALHO, 2004, p. 25). Essa ideia vem ao encontro das propostas de participação oferecidas pelas políticas educacionais. No entanto, embora a escola caminhe para a universalização do acesso e da qualidade de ensino oferecido, em algumas unidades escolares ainda falta muito para que se construa uma realidade de autonomia e participação. Educação,



dedicação, esforço e re-humanização devem ser empreendidos nessas unidades escolares a fim de modificar a realidade em que vivem os educandos.

“A educação tem por missão (...) levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta”. Delors (1999, p.97) e isso se aplica à escola. A escola é a agência social onde se dá o processo de ensino-aprendizagem, portanto ela educa (ou deveria fazê-lo). O referencial educacional é importante porque leva à formação de uma mentalidade crítica e de comportamento, permite à população assimilar, refletir sobre o que ocorre à sua volta.

Após várias reformas educacionais e movimentos sociais que influenciaram essas reformas, a escola procurou transformar-se. Passou-se a discutir formação de educadores, modelos educacionais a serem seguidos, políticas públicas que atendam às necessidades educacionais. Todavia, a burocratização ainda impõe sua presença, “a tradição burocrática é um pesado ônus que impede o exercício da autonomia e somente esta conduz diretamente à cidadania” (MARTELLI, 2004, p. 289). Para efetivação de políticas educacionais condizentes à realidade das escolas públicas, faz-se necessário que os dirigentes considerem também os grupos de menor força e expressão, o que implica vivência e respeito da dignidade humana.

Uma rede pública de escolas (sistema escolar) possui planos gerais de educação que são elaborados com a consciência dos diferentes níveis de atuação de sua administração. Uma política educacional democrática só o será apenas quando “fixar diretrizes gerais, deixando tudo o mais, que é a vida nas escolas, ser decidido por elas próprias, respeitada a orientação contida nas diretrizes” (AZANHA, 2004, p.120).

O sistema escolar tem por objetivo proporcionar educação. Sendo assim, é um sistema aberto, uma vez que recebe influência externa (comunidade local, sociedade civil em geral, políticas públicas) e influencia essa mesma sociedade civil por meio do conhecimento. Portanto, há uma relação entre o ambiente externo e interno, entre a escola e a comunidade. Cabe aqui explicitar o que se entende por sistema escolar, dentro do contexto deste artigo:

Por sistema escolar se entende um conjunto de escolas que, tomando o indivíduo desde quando, ainda na infância, pode ou precisa distanciar-se da família, leva-o até que, alcançando o fim da adolescência ou a plena maturidade, tenha adquirido as condições necessárias para definir-se e colocar-se socialmente, com responsabilidade econômica, civil e política (RIBEIRO *apud* DIAS, 2004, p.127).

Todo sistema escolar tem por objetivo contribuir para a sociedade civil por meio da melhoria do nível cultural da população, da formação e qualificação profissional, do aperfeiçoamento de cada educando enquanto cidadão, portanto tem um objetivo social. O sistema brasileiro tem deficiências, entretanto, as políticas educacionais atuais têm objetivado superar tais deficiências, como a falta de visão e planejamento e o engessamento por conta de uma administração burocrática.

Uma das possibilidades vislumbradas nas políticas educacionais é o estímulo à participação dos pais e da comunidade local no cotidiano escolar e em alguns processos decisórios da unidade escolar, participação esta proporcionada por políticas públicas como a Lei Complementar nº 201/78 e a Lei Complementar nº 375/84, Lei nº4024/61, Lei nº 5692/71, Lei nº 9394/96, entre outras. Entendemos políticas públicas como respostas dos governantes às demandas sociais. Cabe ressaltar que, embora as políticas educacionais existam para auxiliar e



nortear o sistema escolar, nem sempre a realidade das unidades escolares confere com as propostas contidas nessas políticas. Segundo Castro, (2004, p.182), “uma das dificuldades da legislação é que esta atua mais fortemente sobre a estrutura do que sobre o funcionamento das instituições, embora sua aspiração final seja este último”. Daí a importância da autonomia da escola pública para que ela possa se adequar às políticas e à sua realidade e suas necessidades.

Essa autonomia não significa ignorar as políticas públicas. Estas, enquanto leis, requerem obediência às normas gerais da Educação Nacional e a gestão democrática da escola. É nesse âmbito que surge espaço para a autonomia da escola, pois esta gestão democrática subentende participação dos profissionais de educação no cotidiano escolar, desenvolvimento pedagógico e presença da comunidade escolar e local por meio dos conselhos e associações, Pode-se confirmar essa ideia a partir da fala de Meneses (2007, p.75), “gestão democrática é sinônimo de gestão ou administração participativa, compartilhada, cujas decisões são tomadas por maioria ou consensualmente”.

Os objetivos da escola não se esgotam dentro dos seus muros, eles vêm de uma realidade mais ampla onde estão incluídas a comunidade e a sociedade civil como um todo. A escola, hoje, pode manter uma relação harmônica e produtiva com a comunidade por meio de elementos como Grêmios Estudantil, Associações de Pais e Mestres (APMs), Conselho de Escola, trabalho voluntário, funcionários que fazem parte da comunidade local e que muitas vezes têm seus filhos na escola em questão, entre outros. Essa realidade se reflete na fala de Dias (2004, p.282): “Somente a gestão democrática, que garanta a participação de todos, tem condições de levar a escola brasileira a encontrar seu verdadeiro caminho”.

A ideia de planejamento educacional, com vistas à participação e desenvolvimento da escola, se concretiza no Plano Nacional de Educação. No entanto, formular, implementar, estabelecer e cumprir prioridades e compromissos é difícil em nível nacional ou estadual, por conta das diversas realidades e necessidades existentes nas unidades escolares.

No entanto, para a unidade escolar essa possibilidade não é tão difícil, tendo em vista seu raio de atuação e abrangência (bem menor que o do governo e, portanto, menos burocrático). De acordo com Silva et al., (2008, p.27) “pensar políticas em grandes blocos é um grande equívoco. Faz-se necessário considerar as particularidades, os sujeitos a serem envolvidos [...]”. A política descentralizadora, através dos sistemas de ensino (ou sistema escolar), possibilita esse benefício e o acresce de autonomia, característica básica para essa política.

Para que uma escola seja autônoma é necessário um processo de crescimento político, reflexivo, de consciência de suas responsabilidades e do poder que exerce e, também, uma atuação ativa e efetiva, não só da escola como corpo organizacional, mas dos sujeitos que atuam nele, como o professor.

Muito se discute sobre a autonomia (ou ausência dela) na escola. Entretanto, percebe-se a necessidade de uma autonomia pedagógica para que se possa dar o real sentido da escola e da própria autonomia administrativa; os sujeitos da ação educativa precisam estar livres para agir e contribuir, então, para que a escola cumpra o seu papel social de formar sujeitos críticos, reflexivos, detentores de certo conhecimento e conscientes de seu papel cidadão.

Há, portanto, a necessidade de existir, em primeiro lugar, um sujeito



autônomo que age nessa escola consciente de suas ações e responsabilidades. A unidade escolar autônoma pede “criar e/ou escolher livremente suas normas de conduta” Silva (2006, p.59) e autogerir sua organização e funcionamento. “Portanto, a escola pública estatal autônoma será aquela capaz de fixar regras de seu próprio existir e agir, levando em conta seus limites e suas potencialidades” (SILVA, 2006, p.14).

Há vários fatores para se defender uma escola pública autônoma, entre eles a relação da diversidade cultural, o ensino, a possibilidade de criar uma identidade escolar entre funcionários, educadores e educandos, desenvolver a capacidade de gerir, de maneira autônoma, democrática, outras instituições e as próprias vidas envolvidas na escola.

Há, também, várias propostas para a concretização da autonomia na escola; mas muitas delas se limitam à “declaração de princípio” Silva (2006, p.66) em vez de se estruturarem para enfrentar os problemas que, de fato, enfrentarão.

Nessas discussões percebe-se uma falha. Fala-se muito sobre a autonomia da escola pública como se a escola fosse o sujeito e como se a autonomia fosse uma “coisa” que pode ou não ser implantada nas escolas dependendo de vontade política. Porém, o cerne dessa autonomia (que é um processo político, cultural, social e muito consciente) na escola é o sujeito autônomo, aquele que dá vida, sentido à escola; esta é uma instituição humana, portanto deve ser mantida e gerida por seres humanos e este devem ser considerados e valorizados. “O que cria e mantém uma instituição autônoma é o sujeito que a institui e garante sua existência” (SILVA, 2006, p.69).

Esqueceu-se o sujeito, e assim a autonomia está fadada a fracassar.

“Esse esquecimento é fruto de uma desumanização da instituição (...) tornando-se (a escola) um ente com existência própria” (SILVA, 2006, p.70).

Há muitos equívocos a respeito da autonomia na escola (sua aplicação, seus objetivos), mas o pior deles é o esquecimento da sua chave da abóboda: o sujeito, o ser humano. “Há necessidade de um sujeito real para que existam escolas autônomas” (SILVA, 2006, p.71).

Esse sujeito real é para Silva (2006) o sujeito coletivo. Esse sujeito coletivo é formado por um grupo que tem objetivos comuns, um sentimento de “nós ético” (não sou mais eu, sou o grupo); o sujeito coletivo busca superar o individualismo em detrimento do grupo. Esse sujeito coletivo cultural e político visa ao trabalho coletivo para chegar à autonomia da escola e a um processo de ensino-aprendizagem com qualidade e para todos. Mas quando esse sujeito coletivo se torna corporativo, visando apenas seu próprio interesse, a autonomia escolar corre risco, sua qualidade corre risco e a inclusão escolar corre risco.

A autonomia se dá em uma situação concreta, com sujeitos ativos e envolvidos com a realidade que estão vivenciando. Todavia, essa autonomia não é completa, total, mas parcial, relativa, uma vez que a escola precisa respeitar as políticas educacionais e as propostas direcionadas a ela enquanto leis. Ainda assim, essa autonomia pode acontecer. De acordo com Silva (2006, p. 59):

A unidade escolar será autônoma quanto tiver poder de criar e/ou escolher livremente suas normas de conduta. Esse poder de criação e escolha exerce-se, evidentemente, também pela capacidade de recusa de normas heterônomas julgadas não-convenientes. O ser autônomo tem como contrapartida o dever de ser responsável.



A unidade escolar necessita ser autônoma, definir suas normas de conduta e decidir sobre seus planos pedagógicos a partir de sua realidade. Os educadores precisam ter autonomia em sua tarefa educativa, poder trabalhar a partir da realidade e necessidade de seu alunado, assim como o corpo administrativo estabelecer o plano-gestão a partir da realidade da unidade escolar (o que já ocorre em muitas escolas e é previsto em lei). A autonomia propicia à unidade escolar oportunidade de atuar em conjunto com a comunidade escolar e local, ela representa a existência de um ideal democrático na educação por parte dos envolvidos. Daí sua importância, este pressuposto ético do compromisso com a educação e com a sociedade.

Ainda sobre a importância do sujeito na autonomia da escola pública compreende-se por sujeito, primeiro, o indivíduo enquanto pessoa, ou seja, um ser formado de corpo, alma (mente) e espírito, que necessita relacionar-se para viver e progredir; e, depois, o sujeito enquanto grupo.

De acordo com Silva (2006, p.90) “a pessoa é [...] um sujeito enquanto vive em relação com um grupo e este se torna sujeito na medida em que se constitui por pessoas”. É o sujeito coletivo: um coletivo de pessoas, com identidade própria e memória, que atua em prol do grupo e da sociedade.

O sujeito coletivo vive uma experiência de unidade e solidariedade, resgata a identidade, a dignidade e a capacidade de cada um, possibilitando a restauração das relações, a re-humanização da escola e o cumprimento dos objetivos pedagógicos e sociais da escola. Com a constituição de sujeitos coletivos na unidade escolar (educandos, educadores, funcionários, pais, entre outros) pode-se alcançar um único sujeito coletivo, transformando a instituição em unidade, de fato.

Um autêntico sujeito coletivo procura sempre realizar uma obra; isto é conatural à sua existência. [...] Nesse sentido, a autonomia da escola pública será realizada por sujeitos que sintam essa necessidade e tenham esse desejo. A expressão desse anseio será a concretização de unidades escolares autônomas que interagirão responsavelmente com o restante do sistema escolar (SILVA, 2006, p.99).

É possível haver harmonia entre as políticas educacionais e a autonomia da escola pública. Estas políticas devem estar voltadas para a criação e manutenção da autonomia da unidade escolar, e devem ser resultado de uma escolha dos dirigentes do sistema escolar. “Não basta querer que a unidade torne-se autônoma e nem mesmo autorizá-la, mediante decretos, a isso. É necessário investir recursos na formação de sujeitos coletivos que possam assumir o comando dessa autonomia” Silva (2006, p.117); e é isso que a Secretaria da Educação pode fazer.

A escola só será autônoma e democrática quando os sujeitos coletivos estiverem atuando sobre a realidade e o cotidiano escolar. Essa participação é discutida e, muitas vezes, alvo de resistência, tanto por parte da escola, quanto por parte da comunidade.

A participação é intrínseca ao ser humano, um ser relacional. De acordo com Bordenave, (1994, p. 16), “a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental ao ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde”. É fazer parte de algo.

A participação nos dias atuais é útil, tanto para aqueles, que acreditam nela como para aqueles que preferem o mando. É evidente que a participação beneficia a todos, tanto aqueles que lutam pela “igualdade”, como aqueles que a querem a manutenção de controle de muitos por alguns. Com a partici-



pação é possível resolver problemas de maneira satisfatória para as partes interessadas tanto no setor público como no privado, pois ao serem fiscalizados, os serviços apresentam melhor qualidade (FERRAZ, 2008). E como complementa Bordenave (1994, p.17).

A participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa.

A participação traz consigo a responsabilidade pelos atos realizados. Significa “influenciar pessoas ou os rumos da realidade com a qual está envolvido” Silva (2003, p.12), ou seja, é uma questão de poder sobre determinada situação e as consequências dessa realidade. Essa situação inibe muitas pessoas a decidirem pela participação ou não em algo.

Dentro do cotidiano escolar é possível encontrar diversas formas de se utilizar a influência e poder sobre os grupos: o poder dos mais velhos (experientes) sobre os mais novos (educandos e/ou educadores), o poder dos mais jovens sobre os mais velhos (o grêmio estudantil), o poder dos que têm mais poder aquisitivo (neste caso a influência dentro dos conselhos deliberativos ou APMs), entre outros. A participação fica, então, cerceada e pouco autêntica dentro de sua proposta original de busca por uma escola democrática e autônoma.

Bordenave (1994) discute essa questão da utilização da participação para o controle de um grupo sobre outro ou, mesmo, crescimento e liberdade:

[...] estão a favor dela [participação] tanto os setores progressistas que desejam uma democracia mais autêntica, como os setores tradicionalmente não muito favoráveis aos avanços das forças populares, a razão, evidentemente, é que a participação oferece vantagens para ambos. Ela pode se implantar tanto com objetivos de liberação e igualdade como para a manutenção de uma situação de controle de muitos por alguns (BORDENAVE, 1994, p.12).

Deve-se buscar o equilíbrio entre a liberdade e a igualdade, por meio da participação, Silva (2003), e o ambiente escolar é o local adequado para se desenvolver essa premissa. “Participar efetivamente da escola, influenciando decisivamente em sua organização e funcionamento, significa influir no currículo, no ciclo didático e nas atividades de apoio” (SILVA, 2003, p.24). Os educadores, os pais e educandos podem agir sobre essas questões. Uma escola autônoma permite a participação da comunidade escolar e local no desenvolvimento do projeto pedagógico, em alguns processos decisórios em que se decida a vida escolar dos educandos, em propostas de voluntariado.

O objetivo da participação da comunidade na unidade escolar deve ser contribuir para uma educação global e de qualidade para os educandos e para mudanças e melhoria de vida da comunidade e da sociedade, por meio de utilização dos recursos públicos de modo consciente e racional, de projetos pedagógicos que atinjam as necessidades dos educandos e das políticas públicas, de melhoria do ambiente escolar e por meio de apoio comunitário.

No entanto, nem sempre a participação da comunidade é efetiva, e tende ao fracasso. Isso se deve a aspectos culturais, hábitos políticos, insegurança na capacidade em participar, falta de fé na possibilidade de mudanças. Tais dificuldades serão superadas apenas quando os sujeitos envolvidos perceberem significado em suas ações, e



isso só é possível por meio da atuação do sujeito coletivo. “O trabalho na educação escolar possui uma natureza tal que, sem a adesão consciente e verdadeira dos envolvidos, resulta em aparências de mudança” Silva (2000, p.46) e entenda-se aqui como os envolvidos tanto os profissionais de educação, como educandos e comunidade.

Não se pretende com esta discussão ignorar a importância dos profissionais de educação e sua formação específica necessária para elaborar e implementar projetos pedagógicos consistentes e coerentes às necessidades dos educandos e requeridos pelas políticas educacionais. Embora a participação da comunidade seja um fato positivo, não se devem abandonar as pesquisas educacionais e o conhecimento científico dentro da realidade escolar, esta também é uma forma de participação.

A participação da escola e na escola

só se tornará realidade quando os indivíduos aprenderem a participar e, ao lado disso, souberem exigir seus direitos e cumprir seus deveres. A participação há de ser trabalhada e vivida dentro dos muros escolares para depois ser levada para a comunidade (MARTELLI, 2004, p.289).

A sociedade brasileira contemporânea passou e passa por transformações importantes, que alterarão o curso de sua história e determinarão profundas alterações em suas estruturas.

É nesse cenário de movimento e reflexão que a escola tem oportunidade de auxiliar a sociedade por meio de uma educação global, cidadã, autônoma e participativa. Ela não é capaz de realizar essa tarefa isoladamente e nem é seu propósito. A escola requer a participação da comunidade e esta tem, hoje, meios de atender a essa solicitação.



- AZANHA, J. M. P. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão In: MENESES, J. G. C. *Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- BORDENAVE, J. E. *O que é participação*. São Paulo, 1994.
- CARVALHO, R. E. *Educação inclusiva com os pingos nos is*. Porto Alegre: Mediação 2004.
- CASTRO, A. A. D. Orientações didáticas na lei de diretrizes e bases. In: MENESES, J. G. C. *Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- COSTA, C. F. *A percepção dos educadores em relação à inclusão dos educandos de ensino fundamental II e médio, matriculados numa escola paulistana da rede pública estadual entre os anos de 2006 e 2007*. 2008. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- DIAS, J. A. Gestão da escola. In: MENESES, J. G. C. *Estrutura e funcionamento da educação básica: leitura*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- DIAS, J. A. Sistema escolar brasileiro. In: MENESES, J. G. C. *Estrutura e funcionamento da educação básica: leitura*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- FERRAZ, V. L. A. *A participação do aluno no currículo*. 2008. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MARTELLI, A. F. Relações da escola com a comunidade. In: CARVALHO, M. J. G. *Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- MENESES, J. G. C. O lugar do aluno na escola. In: FURLANETTO, E. C. *A escola e o aluno*. São Paulo: Avercamp, 2007.
- NOGUEIRA, M. A. Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 8, p. 91-103, 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1998000100008&nrm=iso >.
- SILVA, J. M. *A autonomia da escola pública* 9.ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- _____. *Como fazer trabalho comunitário?* São Paulo: Paulus, 2003. 72 p.
- _____. Políticas públicas e cotidiano escolar: mudanças que acontecem e perduram. In: Silva, J. M. *Os educadores e o cotidiano escolar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- SILVA, J.M. MACHADO, E. V., REZENDE, F. A. *Ler, ouvir e compreender : com as tecnologias da informação e comunicação(TIC) na perspectiva de inclusão (da pessoa com deficiência visual)*. Brasília: LGE 2008. 149 p.

Recebido para publicação em 26.11.2010

Aceito em 14.12.2010

Participação
da comunidade
na escola:
transformações
significativas e
exitosas

Costa CF
Machado EV